



POLÍTICAS DE JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DE ACORDO COM A DIVERSIDADE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Marcos Vinicius Soler Baldasi¹, Dirceu Pereira Siqueira²

¹Acadêmico do Curso de Direito, Universidade Cesumar – UNICESUMAR. Programa Voluntário de Iniciação Científica da UniCesumar PVIC/UniCesumar. marcosbaldasi@gmail.com

²Orientador, Coordenador, Docente do Programa de Doutorado e Mestrado em Direito, UNICESUMAR. Pesquisador, Bolsista Produtividade do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação - ICETI. dirceu.siqueira@unicesumar.edu.br

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar se as políticas de juventude desenvolvidas no Brasil são baseadas a partir da observação das "juventudes" que existem dentro da parcela jovem do país. Para tanto, esta pesquisa configura-se como qualitativa e aplicada, onde utilizou-se do referencial bibliográfico para compreender a diversidade existente dentro da população jovem brasileira, além de compreender se as políticas públicas para a juventude são desenvolvidas visando resultados a curto prazo e imediatos ou que buscam resultados capazes de se prolongar ao longo do tempo. Dessa maneira, comprovou-se com esta pesquisa as fragilidades das políticas de juventude realizadas no Brasil no que tange à observação da diversidade da população jovem do Brasil. Para tanto, se fez uso de bibliografias e estudos de caso, por meio do levantamento de dados e entrevistas para constatar os resultados das políticas de juventude realizadas nos últimos anos da sociedade brasileira. Assim como traçar mecanismos capazes de auxiliar na adoção de práticas que correspondam aos anseios das diferentes "juventudes" existentes no Brasil, visando entender como tais políticas resultam no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Sobretudo, como resultado comprovou-se a importância das políticas que visam resultado permanentes ao longo das décadas subsequentes almejando resultados satisfatórios em diversos setores da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas; Direitos de jovens; Desenvolvimento social.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história do Brasil a juventude cumpriu um importante papel na busca pela efetivação de seus direitos. Tendo em vista que movimentos históricos como "Diretas Já", "Caras Pintadas", "Jornadas de Junho" e "Primavera Secundarista" foram protagonizados por jovens e alcançaram seus objetivos iniciais.

Todavia, a população jovem no Brasil, por muitas vezes, é esquecida do debate social acerca de suas necessidades, haja vista que a maioria das políticas de juventude são desenvolvidas para jovens e não por jovens, refletindo no desenvolvimento de mecanismos pouco eficientes resultantes de políticas governamentais pontuais que se estabelecem de acordo com aquele que se encontram nas posições determinantes para a realização de tais políticas no Poder Executivo.

É importante salientar que o Brasil é um país repleto de diversidade e, conseqüentemente, é repleto de anseios diferentes. O jovem do norte do país não possui as mesmas oportunidades do jovem do Sul, assim como as expectativas de desenvolvimento pessoal do jovem branco dos grandes centros urbanos não é a mesma do jovem negro da periferia.

Dessa maneira, esta pesquisa responde à seguinte interrogação: a elaboração de políticas de juventude no Brasil é baseada na diversidade desta parcela da população? Para responder tal questão observou-se os resultados de políticas públicas específicas para a juventude realizadas nos últimos anos e seus resultados.



Por sua vez, esta pesquisa demonstra as fragilidades resultantes de políticas de juventude elaboradas observando-se um contexto macro dessa parcela da população. Assim como aponta quais mecanismos podem ser adotados para a obtenção de resultados prolongados que realmente possam contribuir com o desenvolvimento social do país.

Para tanto, foi necessário compreender os diferentes entendimentos de políticas públicas, as observando também sob a ótica de efetivação de direitos da personalidade. Assim, sendo imprescindível a utilização dos recursos bibliográficos como base de pesquisa para correlacionar os resultados práticos e aplicados que constam na pesquisa com as seguintes esferas do Direito: políticas públicas, direitos da personalidade, direitos sociais, direitos fundamentais e direitos humanos.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Essa pesquisa utilizou da natureza aplicada, observando-se as políticas de juventude existentes, que compreendem em ações governamentais que visam amenizar as dificuldades vivenciadas pela população jovem do Brasil. O estudo teve caráter essencialmente qualitativo, fazendo uso de todas as ferramentas possíveis para analisar os aspectos de interesse da pesquisa, utilizando de métodos de coleta de dados capazes de extrair o máximo de informações coletadas.

Os dados obtidos, assim como as informações, foram tabulados e registrados de maneira capaz de mensurar o impacto das políticas no desenvolvimento social. Por sua vez, para a concretização desta pesquisa, se fez uso das bases de pesquisa bibliográficas, por meio de livros e artigos referentes a efetividades das políticas de juventude realizadas no Brasil pelo Poder Público.

Desse modo, a pesquisa utiliza dessas bases de observação na prática de suas efetivações, para comprovar a seguinte proposição: as políticas de juventude desenvolvidas no Brasil não observam, minimamente, a diversidade da população para seu desenvolvimento e, conseqüentemente, são elaboradas políticas de curto prazo que geram resultados rápidos que não se prolongam no decorrer do tempo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa apresentada teve como objetivo principal discutir se as políticas de juventude desenvolvidas no Brasil são elaboradas a partir de uma análise da diversidade do público a ser beneficiado ou se apenas visam resultados a curto prazo que, de certo modo, ocasionam resultados visivelmente positivos, mas com o decorrer do tempo se mostram pífios. Desse modo, o tema trabalhado é de extrema importância para o desenvolvimento social, econômico e sustentável do país. Visando a busca por uma sociedade mais justa e solidária, tendo em vista que o Brasil almeja alcançar os chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Organizações das Nações Unidas que fazem parte da Agenda 2030.

Nesse contexto, um personagem central para o desenvolvimento sustentável é a juventude. Todavia, essa, por vezes, é esquecida na elaboração de políticas que visam a melhoria da sociedade como um todo. Logo, as políticas de juventude concentram-se na busca por mecanismos que atendam aos jovens como um todo, quando, na verdade, devem ser vistos como peças extremamente diversas que compõem um gigantesco quebra-cabeças repleto de diversidade. É preciso distinguir as necessidades e anseios de cada jovem de acordo com suas particularidades, ou



seja, tais políticas de juventude não devem ser desenvolvidas observando-se essa parcela da população como plural, mas sim como singular em suas mais diversas características.

Dessa maneira, surge a dúvida acerca de ser possível desenvolver políticas de juventude observando-se tamanhas especificações. É importante salientar que o Brasil possui cerca de 50 milhões de cidadãos jovens, o que representa $\frac{1}{4}$ de todos os habitantes em território brasileiro. Paralelamente, a obtenção de resultados pontuais e que não se prolongam no decorrer do tempo é muito mais prejudicial para a sociedade do que a elaboração de políticas complexas, que podem resultar em efeitos extremamente positivos para todos os cidadãos. Afinal, essa fração da população será responsável pelo desenvolvimento do país nas próximas décadas, além da responsabilidade pelas transformações que são importantes para as gerações futuras.

O investimento na população jovem não é apenas um investimento em parcela dos cidadãos, é um investimento em todos. Há de se destacar a utilização do termo "juventudes". O Brasil é um país com dimensões continentais, constituído a partir da chegada de habitantes de diversos lugares do planeta em conjunto com as mais diferentes culturas dos povos originários. Nesse contexto, não é possível afirmar que a população jovem é uma só, são várias em diferentes realidades de um mesmo país repletos de desigualdade. Diante disso, não há como tratar essa população no singular.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento desta pesquisa, comprovou-se a importância das políticas de juventude serem elaboradas de acordo com o entendimento da diversidade existente no Brasil no que tange às necessidades de cada jovem. Dessa maneira, a obtenção de tal hipótese ocorreu por meio da consulta e estudo acerca de artigos científicos, bibliografias e dados estatísticos sobre o tema. Constando a fragilidade das políticas de juventude realizadas pelo Poder Público nos últimos anos, que visavam resultados a curto prazo e que não se perpetuam no decorrer do tempo, logo tornando-se políticas pontuais com resultados pouco satisfatórios.

Atualmente, há uma grande discussão sobre a potencialidade dos jovens do presente. Existe uma dificuldade em entender as diferenças geracionais entre o cidadão de 18 a 24 anos de hoje e esses mesmos cidadãos de décadas passadas. O entendimento de que a geração jovem atual é incapaz de propor soluções para as dificuldades vivenciadas afasta a elaboração de discussões imprescindíveis para a elaboração de políticas.

Todavia, é imprescindível destacar que esta pesquisa discutiu sobre uma parcela da população que possui pouca visibilidade nos debates, apesar de compor uma fase essencial na formação do cidadão que há de gerir os espaços de participação. Do mesmo modo que é observada uma grande massificação em que as necessidades de parcela da juventude na maioria das vezes são vistas como plurais de um mesmo grupo, quando, na realidade, se trata de uma série de singularidades ocasionadas pela diversidade brasileira.

REFERÊNCIAS

CABRALDOS SANTOS, Luana Isabelle; HAJIME YAMAMOTO, Oswaldo. Juventude brasileira em pauta: analisando as conferências e o estatuto da juventude. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 16, n. 2, p. 657-668, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2018000200657&lng=en&nrm=isso>. Acesso em: 10 jun. 2022.



CARRANO, Paulo. Políticas públicas de juventude: desafios da prática. **Juventudes, políticas públicas e medidas socioeducativas**, p. 18, 2013. Disponível em:

https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/40507071/Versao_Editada_do_livro-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1663630346&Signature=f7DRvDowJVgpAOEMOCKDhpbPqoyegiraz-TVrDCTAjyYC6PrrBX8~XUrD087LjBsMgb-HQWsapA5fY4Xvhef4U~z8Lj0MQtclzidDiDwNrJCRPnqkQ0S46eu-k8vl9Ep6OiAzVkBJJWb6YC0snl6KPzozfZU8WcZ2~DivSQ0~m3ir4wP1SZRgVSNzY7KyfNbJ2ZzRMSPkO2SsevCgQtCpSX6V5Rob~okB8fAcZRwWpZEtAJUOnJom34JapkuBvWG0-Sixnl~WvdoV6sVzESDw6mVcEiDlJkljrVem85ytEWMCxDm914J0L7QE-i7TdDs4ruGDI6RCov941F6w5ViDQ_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=17. Acesso em 18 de jun. de 2022.

CARVALHO, Klayton Lima Calvante; SILVA, Sandra Maria Barbosa. Políticas públicas para a juventude: um olhar sobre os programas Fies e Prouni. **Multidebates**, v. 2, n. 2, p. 282-292, 2018.

CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria Cordeiro; ANDRADE, Carla Coelho (Orgs.).

Juventude e políticas sociais no Brasil. 2009. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9094/1/Juventude%20e%20pol%C3%ADticas%20sociais%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2022.

CASTRO, Elisa Guaraná de; MACEDO, Severine Carmem. Estatuto da criança e adolescente e estatuto da juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, n. 2, p. 1214-1238, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rdp/a/KJQwwTJWTWgskWqmSRPDpwy/?format=html>. Acesso em: 10 maio 2022.

CUNHA, Carla Giane Soares da. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. **Revista Estudos de Planejamento**, n. 12, 2018.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 47, 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/T3X8zdDGn5DZbcjxTLjcyKM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

JANNUZZI, Paulo de Martinho. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. **Planejamento e políticas públicas**, n. 36, 2011.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais?. **Estudos de Sociologia**, 2005. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106967/ISSN1982-4718-2005-10-18-193-206.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 maio 2022.

MERTANEN, Katariina *et al.* Not a Single One Left Behind: Governing the 'youth problem' in youth policies and youth policy implementations. **Helsinki Studies in Education**, 2020. Disponível em:



https://helda.helsinki.fi/bitstream/handle/10138/320548/mertanen_katariina_dissertation_2020.pdf?sequence=1. Acesso em: 29 maio 2022.

MOREIRA, Marcelo Rasga *et al.* Adolescência e juventude: políticas públicas e condições de vida e saúde em perspectiva internacional. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**, 2018, v. 23, n. 9. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018239.20172018>. Acesso em: 29 maio 2022.

NOVAES, Regina. Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas. **Juventude e contemporaneidade**, p. 253-281, 2007. Disponível em: [http://www.clam.org.br/uploads/publicacoes/vol16juvcont_elet\[1\].pdf#page=255](http://www.clam.org.br/uploads/publicacoes/vol16juvcont_elet[1].pdf#page=255). Acesso em: 05 jun. 2022.

PEREGRINO, Mônica; PINHEIRO, Diógenes; SOUZA, Luiz Carlos de. Engajamento, educação e trabalho: demandas da juventude no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n. 42, p. 127-150, 2018. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S0797-55382018000100127&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 05 jun. 2022.

PEREIRA, Gislaine Cristina; ZUFFO, Sílvia; MOURA, Eliana Gonçalves. Juventude e qualidade de vida. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 14, n. 2, p. 1-9, 2019.

ROCHA, Heber Silveira. Políticas de juventude: formação do campo de políticas públicas no Brasil (1990-2005). **Agenda Política**, v. 7, n. 1, p. 193-216, 2019.

TIMÓTEO, William; OLIVEIRA, Ilzver de Matos. A ausência de políticas públicas para a juventude como ofensa aos direitos humanos. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 11, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.arqcom.uniceub.br/RBPP/article/view/6628>. Acesso em: 05 jun. 2022.